



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002860-15.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais**
 Requerente: **Marcio Roberto de Campos**
 Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo"**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de ação de rito comum proposta por **MARCIO ROBERTO DE CAMPOS** em face da **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**. Alega que é policial militar ativo e percebe em seus proventos salariais Adicional de Insalubridade (AI) e Adicional de Local de Exercício (ALE), sendo ambas as verbas dotadas de caráter genérico, extensíveis a toda a categoria, indiscriminadamente, sendo que, a partir de 1º de março de 2013 o ALE foi incorporado aos seus vencimentos, por determinação da Lei Estadual nº. 1.197/2013, sendo 50% ao vencimento padrão e 50% no Regime Especial de Trabalho Policial (RETP). Ocorre que a requerida deixou de pagar o ALE referente ao trabalho prestado no mês de fevereiro de 2013. Sustenta que o ALE tinha por referência o trabalho prestado dois meses antes do pagamento - vale dizer, o ALE do mês de janeiro era processado no mês de fevereiro e pago em março. Assim, com a incorporação do ALE a partir do dia 1º de março de 2013 - com reflexo patrimonial visível no holerite dos vencimentos pagos no mês de abril -, deixou a requerida de pagar o ALE relativo ao mês de fevereiro de 2013. Situação semelhante ocorreu com o adicional de insalubridade, que, inicialmente, era apurado de forma semelhante ao ALE: o pagamento se referia ao trabalho prestado dois meses antes. A partir da folha referente a maio de 2013, com pagamento em junho, a FAZENDA passou a apurar o insalubridade no mesmo mês de referência do vencimento padrão. Assim agindo, deixou de pagar o adicional devido pelo trabalho no mês de abril de 2013. Pretende, assim, a condenação da ré ao pagamento do ALE referente ao mês de fevereiro de 2013 e do AI referente a abril de 2013, observando-se os valores individualizados conforme cálculo apresentado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Com a inicial vieram os documentos de fls. 16/25.

Citada (fls. 31), a Fazenda do Estado apresentou contestação (fls. 32/42). Inicialmente, esclareceu que o ALE, instituído pela Lei Estadual nº. 689/1992, era pago como verba de frequência, de modo que seu pagamento dependia da verificação da frequência do policial militar. Assim, a vantagem era apurada no mês seguinte ao de referência e paga no mês seguinte ao processamento. Com a incorporação do ALE aos vencimentos, o autor recebeu a verba referente ao mês de fevereiro de 2013 no pagamento efetuado em abril do mesmo ano, já incorporado ao vencimento padrão e ao RETP. Quanto ao AI, afirma que houve somente ajuste do período de referência do pagamento, com reflexos a partir do pagamento realizado em junho de 2013, sendo ambos os benefícios pagos todos os meses de 2013. Requer, assim, a improcedência do pedido.

Houve réplica (fls. 45/52).

É o relatório.

Fundamento e decido.

Passa-se ao julgamento imediato da ação – nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil –, pois a matéria é unicamente de direito, não havendo necessidade de se produzir prova em audiência.

O pedido merece acolhimento.

Analisando o demonstrativo de pagamento de fls. 21, observa-se que, no mês de março de 2013, o autor recebeu o Adicional Local de Exercício, no valor de R\$1.260,00, relativo ao período compreendido entre 01/01/2013 e 31/01/2013, o que corrobora sua alegação de que tal gratificação, de fato, era paga no segundo mês subsequente ao exercício da atividade.

Por conseguinte, o Adicional Local de Exercício referente ao mês de fevereiro de 2013, deveria ter sido pago na folha de abril de 2013, o que, conforme se verifica pelo correlato demonstrativo de pagamento, não ocorreu (fls. 22). Assim, à míngua de documentos que deveriam ter sido apresentados pela requerida, deduz-se do conjunto probatório que, realmente, não houve o pagamento do ALE de fevereiro/2013, verba que era devida, eis que a Lei Complementar nº 1.197/13 somente entrou em vigor a partir de 1º de março de 2013.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Não podem seus efeitos, portanto, retroagir a período diverso, sob pena de locupletamento indevido da Fazenda Pública e redutibilidade de vencimentos, o que é vedado pela Constituição da República.

Nesse sentido:

POLICIAL MILITAR. PRETENSÃO DE RECEBER O ADICIONAL DE LOCAL DE EXERCÍCIO REFERENTE A FEVEREIRO DE 2013 E O ADICIONAL DE INSALUBRIDADE REFERENTE AO MÊS DE ABRIL DE 2013. POSSIBILIDADE. PARCELAS NÃO ADIMPLIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO. AJUSTE DO MÊS DE PAGAMENTO QUE NÃO AUTORIZA A SUPRESSÃO. NÃO FOI INSTALADO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA NA COMARCA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA MANTIDA. RECURSO IMPRÓVIDO. (Relator(a): Luis Fernando Camargo de Barros Vidal; Comarca: São José dos Campos; Órgão julgador: 4ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 13/03/2017; Data de registro: 16/03/2017).

“COBRANÇA. ADICIONAL DE LOCAL DE EXERCÍCIO (ALE). SISTEMÁTICA DE PAGAMENTO COM DOIS MESES DE ATRASO. ABSORÇÃO AOS VENCIMENTOS POR FORÇA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 1.197/2013 QUE NÃO RETIRA DO SERVIDOR O DIREITO AO RECEBIMENTO REFERENTE AO MÊS DE FEVEREIRO DE 2013. NEGADO PROVIMENTO.” (0008030-17.2014.8.26.0072. Recurso Inominado. Relator (a): Helio Alberto de Oliveira Serra e Navarro; Comarca: Bebedouro; Órgão Julgador: Primeira Turma Cível; Data do julgamento: 19/06/2015; Data de registro: 25/06/2015).

No que se refere ao Adicional de Insalubridade (AI) referente ao mês de abril de 2013, nota-se, pela análise do documento de fls. 22, que a requerida também pagava o "AI" com dois meses de atraso e, a partir do holerite do mês de junho de 2013 (fls. 24), passou a pagar o benefício referente ao mês imediatamente anterior.

Assim sendo, analisando-se os holerites de fls. 23 (maio de 2013) e fls. 24 (junho de 2013), resta claro que foi suprimido o pagamento com referência ao período de 1º a 30 de abril de 2013, já que no mês de maio foi pago o benefício referente ao período de 1º a 31 de março de 2013 e no mês de junho foi pago o mesmo benefício referente ao



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

período de 1º a 31 de maio de 2013, não havendo qualquer pagamento referente ao período de abril de 2013.

Ora, não havendo interrupção no pagamento do Adicional de Insalubridade, não se justifica a supressão do pagamento do período de abril de 2013, sendo, portanto, devido o respectivo valor.

Em vista da procedência dos pedidos atinentes ao pagamento do ALE e AI indevidamente suprimidos do autor, por consequência, seus reflexos também deverão ser pagos, sendo de rigor o integral acolhimento da pretensão.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo com resolução de mérito e ACOLHO o pedido formulado na inicial para CONDENAR a requerida ao pagamento, ao autor, dos valores referentes ao adicional de local de exercício (ALE), relativo à competência de fevereiro de 2013, e ao adicional de insalubridade (AI), relativo à competência de abril de 2013, valores vigentes à época, bem como ao pagamento dos reflexos no 13º salário e nas férias.

Correção monetária desde as datas em que seriam devidos e juros de mora a contar da citação, ambos na forma do artigo 1º F da Lei 9.494/97.

A definição exata dos valores se dará mediante apresentação de cálculo aritmético simplificado.

Sem custas ou honorários, conforme regra do art. 55, da Lei n.º 9.099/95.

P.I.

São Carlos, 30 de maio de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**